



Institutos

Nome: “Instituto Pólis”

Endereço: <http://polis.org.br/>

Definição: Fundado em 1987, o Instituto Pólis é uma Organização não Governamental de atuação nacional e internacional. Atuamos na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas, por meio das seguintes áreas: Reforma Urbana (Direito à Cidade e Urbanismo), Democracia e Participação (Juventudes, Formação e Participação Cidadã), Inclusão e Sustentabilidade (Resíduos Sólidos, Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar e Nutricional) e Cidadania Cultural (Convivência e Paz e Mídias Livres).

Nosso objeto de trabalho concentra-se no plano das relações entre as representações da cidadania e os governos locais, nas políticas públicas e nos processos de participação popular e fortalecimento dos movimentos sociais, na organização de fóruns e redes, na análise da gestão municipal e de políticas públicas.

Realizamos seminários e debates públicos, atividades de capacitação, mapeamentos socioculturais, consultorias, além da articulação de ONGs e da atuação em conselhos municipais e nacionais e em Redes e Fóruns.

Local: São Paulo

Projetos

Nome: “Cidades para Pessoas”

Endereço: <http://cidadesparapessoas.com/>

Definição: O Cidades para Pessoas é uma rede de conteúdo e conexões urbanas. Nossa missão é gerar repertório, por meio de reportagens e ilustrações, sobre como melhorar as cidades e fazer conexões entre os setores que as moldam, como iniciativa privada, academia, poder público e sociedade civil, para que deixem um bom legado urbano em sua atuação.

Financiado por crowdfunding no Catarse.me, o projeto percorreu 12 destinos pelo mundo (Copenhague, Amsterdam, Londres, Paris, Friburgo, Estrasburgo, Lyon, Barcelona, São Francisco, Portland, Cidade do México e Nova Iorque) e compilou um banco de dados de ideias urbanísticas que são divulgadas nesse site, no blog semanal do Planeta Sustentável, em exposições e palestras pelo Brasil.

Em suas duas viagens, o Cidades para Pessoas abordou os seguintes focos de pesquisa:

- Planejamento urbano e soluções clássicas

A primeira fase do Cidades para Pessoas foi pautada pelo trabalho do planejador urbano dinamarquês Jan Gehl, que tem dedicado sua vida e carreira a planejar cidades melhores para se viver. Nessa etapa foram percorridas Copenhague, Amsterdam, Londres, Paris, Friburgo, Estrasburgo e Lyon. Localizadas na Europa, elas se caracterizam por um planejamento urbano muitas vezes executado e custeado pelo próprio poder público.

- Novas ideias e paradigmas das cidades do futuro

Nessa segunda fase, o foco de pesquisa foram as iniciativas que partiram da sociedade civil organizada e sua conexão com o poder público local. Foram percorridas São Francisco, Portland, Cidade do México, Nova Iorque e Barcelona. Nessas cidades, os desafios urbanísticos são complexos demais para serem contemplados com o planejamento urbano clássico, de cima para baixo.

Associações

Nome: “Auditoria cidadã da dívida”

Endereço: <http://www.auditoriacidada.org.br/>

Definição: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA é uma associação, sem fins lucrativos, que possui os seguintes objetivos, conforme Estatuto Social:

Art. 2º. A Associação tem como objetivos:

I – Realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais.

II – Demonstrar a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 26 do ADCT da Constituição Federal de 1988, que prevê a realização da auditoria da dívida externa.

III – Exigir a devida transparência no processo de endividamento brasileiro, de forma que os cidadãos conheçam a natureza da dívida, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos.

IV – Exigir a devida transparência do orçamento fiscal, de forma que os cidadãos conheçam detalhadamente todas as fontes de recursos públicos e sua respectiva destinação.

V – Mobilizar a sociedade em ações coordenadas para a exigência do cumprimento do dispositivo constitucional que determina a realização da auditoria da dívida.

VI – Promover estudos e pesquisas relacionados com o tema do endividamento público brasileiro.

VII – Popularizar a discussão do endividamento público por meio da elaboração de publicações, manutenção de página na internet e promoção de eventos.

VIII – Estabelecer relações com outras entidades e redes nacionais e internacionais com o objetivo de realizar estudos, cooperar com processos de auditoria da dívida em outros países, divulgando a auditoria como ferramenta de investigação do processo de endividamento e como meio para articulação internacional de países endividados.

As atividades da Auditoria Cidadã da Dívida se iniciaram logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000, em 3.444 municípios do País, organizado por diversas entidades da sociedade civil brasileira, especialmente pela Campanha Jubileu Sul.

Observatórios

Nome: Participatório - Observatório Participativo da Juventude

Endereço: <http://participatorio.juventude.gov.br/about>

Definição: O PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude é um ambiente virtual interativo, voltado à produção do conhecimento sobre/para/pela a juventude brasileira e à participação e mobilização social. Inspirado nas redes sociais, pretende promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude.

Funciona de forma integrada com as redes sociais e blogs, de forma que os diálogos que estão ocorrendo nesses outros espaços possam alimentá-lo e vice-versa. Todos podem participar. Para isso, basta se cadastrar e começar a debater os assuntos que podem ser propostos por você ou por outros usuários do Participatório.

Participam deste espaço, além dos jovens, redes, coletivos, movimentos sociais, gestores, pesquisadores, parlamentares, todos que queiram contribuir e integrar-se às discussões propostas. O que for debatido poderá auxiliar, por exemplo, para o aperfeiçoamento ou a criação de políticas públicas, legislação, produção de conhecimentos e outras questões relevantes para a juventude brasileira.

Essa iniciativa conta com a parceria da Universidade Federal do Paraná, por meio do Centro de Computação Científica e Software Livre (C3SL), e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da sua Escola de Comunicação (ECO/UFRJ).

Nome: Fórum Nacional de Reforma Urbana

Endereço: <http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/documentos-do-fnru/41-cartas-e-manifestos/133-carta-mundial-pelo-direito-a-cidade.html>

Definição: O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações brasileiras que lutam por cidades melhores para todos nós. São movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana. O que isso quer dizer? Significa que precisamos lutar por políticas que garantam direitos básicos de todos, como moradia de qualidade, água e saneamento, transporte acessível e eficiente.

Estamos organizados em todas as regiões do Brasil. Nosso trabalho é mobilizar pessoas e entidades para mudar as injustiças das nossas cidades. O FNRU se fundamenta a partir de três princípios fundamentais. O primeiro deles é o Direito à Cidade. Acreditamos que todos os moradores das cidades têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, à saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação.

Para que isso tudo aconteça na prática, nos focamos em nosso segundo princípio, a Gestão Democrática das Cidades. Ou seja, os cidadãos têm que participar das decisões fundamentais para o futuro das cidades. As prefeituras e Câmaras de Vereadores devem abrir o diálogo com a sociedade antes de decidir os destinos da cidade.

Nosso terceiro princípio tem a ver com os outros dois: acreditamos na Função Social da Cidade e da Propriedade. O espaço das cidades tem que servir, antes de tudo, aos interesses coletivos das grandes maiorias.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana existe desde 1987. Em todos esses anos, estimulamos a participação social em conselhos, organizamos cursos de capacitação de lideranças sociais, discutimos a elaboração de planos diretores democráticos para as cidades. Uma de nossas maiores conquistas é o Estatuto da Cidade, uma lei que ficou parada 12 anos no Congresso e foi aprovada devido à pressão popular.

Atualmente, lutamos por recursos para Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (lei aprovada a partir de iniciativa popular), pelo fim dos despejos forçados, pela aprovação do PL da Política Nacional de Saneamento, entre outros. Nosso mais recente ato político foi uma grande Marcha da Reforma Urbana em Brasília, em agosto de 2005. Lá, o Fórum se encontrou com o presidente Lula e vários ministros. Foi um passo muito importante para a realização do sonho de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis para a sociedade brasileira. Estamos em mais uma importante campanha "Olho no seu Voto" tendo em vista o ano eleitoral. O lançamento da campanha ocorreu durante a Jornada de Lutas, no dia 28 de junho de 2006, articulada em quase 10 cidades brasileiras, de norte a sul. Em breve estaremos socializando os resultados da campanha.